

RESUMOS

Portugal, China, Macau e o Início dos Regimes Republicanos (1905-1928)

Neste artigo examinam-se os processos sociais e políticos que conduziram ao desenvolvimento dos regimes republicanos na China e em Portugal. Apesar das diferenças históricas e geográficas, reconhecem-se muitas similitudes quando se procede a um estudo comparado dos dois países entre 1908 e 1928. O caminho paralelo seguido por Portugal e pela China apresenta dois elementos condutores: a Primeira Grande Guerra, por um lado, e por outro, a Revolução Bolchevique na Rússia. É notória a influência destes dois processos na vida social e política de Macau, em particular, o nacionalismo e o republicanismo chineses. Este artigo procura ainda salientar a importância dos historiadores portugueses e chineses trabalharem em conjunto de forma e assim contribuírem para uma melhor compreensão da história moderna de Macau, China e Portugal. [Autores: Alfredo Dias e Vincent Ho, pp. 6-17]

Revolucionários Republicanos: Sun Yat Sen, Carlos da Maia e o Projecto do Porto de Macau

Os onze anos que decorreram desde a revolução republicana na China em 1911, até a formação da aliança entre o KMT e o Comintern no Outono de 1922 criaram as condições para que o Projecto do Porto de Macau pudesse avançar. Enquanto o Partido Republicano Português controlava o país entre 1910 e 1917, Portugal era provavelmente o Estado mais radical da Europa. Foi este regime que nomeou Carlos da Maia para o cargo de governador de Macau. Carlos da Maia tinha sido um dos principais organizadores da rebelião republicana de Outubro 1910 em Portugal. Chegou a Macau no dia 10 de Junho de 1914, menos de duas semanas antes do Partido Revolucionário de Sun Yat Sen organizar a sua reunião constituinte em 22 do mesmo mês em Tóquio. Na sequência dum pedido de Sun Yat Sen, representantes de oito províncias chinesas

juntaram-se para formar um novo e secreto partido revolucionário empenhado em levar a cabo uma “terceira revolução” contra Yuan Shikai, o general do Exército de Beiyang que procurava restituir a monarquia imperial na China. A organização de Sun, virada para lutar contra Yuan, tornar-se-ia eventualmente no cerne do futuro KMT enquanto mantinha ao mesmo tempo uma intensa lealdade pessoal para com parceiros importantes no estrangeiro. Este artigo analisa o regresso de Carlos da Maia a Lisboa, via Xangai e Estados Unidos da América, as suas potenciais ligações com alguns dos principais revolucionários chineses e o impacto destas no fomento do crucial Projecto do Porto Exterior de Macau, entre 1922 e 1927. [Autor: Paul B. Spooner, pp. 18-37]

José Carlos da Maia. Apontamento Breve

José Carlos da Maia foi um dos heróis republicanos do 5 de Outubro de 1910, em Portugal. Cedo – ainda adolescente – despontaram, no seu íntimo, as simpatias pela causa da República. Seguindo tradições de família, alistou-se na Armada Portuguesa, continuando aí, como oficial distinto, a lutar pelos seus ideais. Com a consagração do Regime Republicano, assumiu, primeiramente, as funções de deputado à Assembleia Constituinte, sendo depois, em 1914, chamado a exercer o alto cargo de governador de Macau. Neste território desenvolveu obra administrativa de reconhecido mérito urbanístico e de grande alcance social, sendo, por isso mesmo, lembrado como um dos melhores Governadores havidos ao longo de toda a presença portuguesa. Regressado a Portugal em 1916, alinhou com o chamado o movimento revolucionário chamado de *Dezembrismo*, chegando a ser Ministro da Marinha durante o consulado de Sidónio Pais. Depois, em 1919, lutou contra a intentona monárquica de Monsanto. Ministro das Colónias no Governo Relvas, demitiu-se por discordar da dinâmica política então vigente. A vida de José Carlos da Maia

e a sua morte violenta, em 1921, durante a chamada “Noite Sangrenta”, contribuíram para cimentar em torno da sua figura uma auréola de romanticidade, valendo-lhe o epíteto de “Marinheiro Romântico”. [Autor: Fernando Mendonça Fava, pp. 38-54]

A Primeira República, Macau e os Maçons

A afirmação da elite republicana em Macau no primeiro quartel do século xx está associada a dois fenómenos aparentemente independentes mas intimamente ligados ou, mesmo, sobrepostos. Por um lado, a emergência de associações políticas locais alinhadas com os principais partidos republicanos portugueses; por outro lado, o peso social da Maçonaria como estrutura de fixação de lealdades e solidariedades dentro da comunidade lusa, formada por naturais de Macau e expatriados. Os dois factos constituem um contrapeso da influência secular da Igreja Católica e das suas obras missionárias numa sociedade naturalmente conservadora e paroquial. Se a distância da então colónia relativamente a Lisboa subordinava os laços de lealdade política a juízos de oportunidade, a prática política fazia-se de acordo com a agenda política local, as eleições periódicas para o Leal Senado, os interesses dos *lobbies* de influência mais do que ao cumprimento de determinações de Lisboa. A teia de ligações pessoais propiciada pela filiação maçónica secreta permitiu a intelectuais, figuras gradadas da sociedade macaense e expatriados concertar lealdades e articular estratégias. O presente artigo analisa ainda o papel dos jornais portugueses da época no debate das principais questões políticas locais e das clivagens entre os partidários da República e da Monarquia, designadamente à volta da implementação dos decretos da Primeira República que determinavam a expulsão dos jesuítas e de todas as ordens religiosas de território português, a separação do Estado da Igreja e a nacionalização dos bens desta. [Autor: Arnaldo Gonçalves, pp. 55-64]

RESUMOS

Portugal e a China: Os Anos da República (1908-1928)

Portugal e China viram nascer e consolidar-se os seus regimes republicanos no mesmo período temporal, entre 1910 e 1928.

Não obstante as diferenças históricas e geográficas que separam os dois países, são evidentes as “simultaneidades” e “similitudes” entre os dois processos políticos, fortemente condicionados, a nível internacional, pela I Guerra Mundial (1914-1918), pela Conferência de Paz de 1919 e pela Revolução Bolchevique de 1917. Com este artigo pretendemos evidenciar os paralelismos entre estes dois processos que conduziram à implantação das repúblicas portuguesa e chinesa, analisar a cronologia comparada das histórias de Portugal e China entre 1908 e 1928 e compreender o modo como as mudanças internacionais influenciaram, internamente, a vida política, económica e social destes dois países

[Autor: Alfredo Gomes Dias, pp. 65-87]

Revisitando o Estado da Índia nos Anos de 1571 a 1577

O objectivo deste artigo é o de estudar os governos do vice-rei D. António de Noronha (1571-1573) e do governador António Moniz Barreto (1573-1577) numa perspectiva crítica. Abarcando ambos o período da designada crise político-militar de 1565-1575, procura-se perceber como evoluiu a crise nos seus anos finais e subsequentes. Para tal, recorre-se à análise política de ambos os governos, identificam-se as diferenças em relação aos anos anteriores e qual o papel detido pela Coroa durante a década de 1570 nos acontecimentos orientais.

[Autor: Nuno Luís Vila-Santa, pp. 88-112]

A Damão Portuguesa sobre Pressão. A Ameaça Mogol (1572-1605)

Cedida pelo soberano do Guzerate, a fortaleza de Damão foi conquistada pelos Portugueses em 1559 às forças abissínicas que aí se encontravam estabelecidas. Subordinada, tal como as terras que lhe estavam próximas,

ao *Estado da Índia*, viria a integrar o que mais tarde ficou conhecido como *Província do Norte*. Depois da sua conquista, dada a grande instabilidade em virtude dos constantes ataques das forças abexins, os Portugueses guarneceram Damão com um significativo conjunto de soldados, composto por 500 homens de pé (muitos deles espingardeiros) e 150 cavaleiros. A fortaleza de Damão e as terras sob sua jurisdição estiveram durante o período da ameaça mogol (1572-1605) sob constante pressão, que se traduziu, nuns casos, em intervenções militares directas sobre a fortaleza ou as suas tanadarias e, noutros, por acções indirectas decorrentes do processo expansionista do império de Akbar, que culminou com a conquista do sultanato de Ahmadnagar. Situando-se Damão numa zona fronteira em constante tensão, parece claro que a eficácia da resposta portuguesa assentou numa multiplicidade de factores, a saber: nas sucessivas transformações e adaptações das suas estruturas militares; na articulação da sua acção com a das sucessivas armadas de socorro e, por último, mas não menos importante, em resultado de uma acção diplomática habilmente conduzida junto de todos os intervenientes.

[Autor: Vitor Luís Gaspar Rodrigues, pp. 113-123]

Os Primeiros Bloqueios Neerlandeses de Goa. Expedições da VOC contra a Carreira da Índia no Índico Ocidental, 1604-1623

Entre 1604 e 1623, deram-se quatro expedições de corso neerlandesas ao Índico Ocidental, as quais tiveram, entre outros, o objectivo de atacar a navegação da chamada Carreira da Índia, que assegurava a ligação marítima entre Portugal e a Ásia. Em resultado destas expedições, os portugueses em Goa foram pela primeira vez confrontados por esquadras europeias hostis. Nas quatro ocasiões, o porto de Goa foi bloqueado pelos neerlandeses, temporariamente das três primeiras vezes, em 1604, 1607 e 1608, mas já durante vários meses em 1622-1623. O presente artigo procura

reconstituir estas quatro expedições, prestando especial atenção ao impacto que tiveram sobre a Carreira da Índia

[Autor: André Murteira, pp. 124-144]